

A escola, a clínica e a sexualidade humana

Edna Silva*

Resumo: Discute os fundamentos do discurso médico – científico moderno sobre Sexualidade Humana e seus contextos filosófico-conceituais. Analisa a eclosão do tema Sexualidade nas Ciências Modernas e as matrizes do “saber médico” sobre a questão, a partir do pensamento de M. Foucault. Apresenta os resultados de pesquisa empírica sobre a formação médica atual e a concepção dos estudantes de Medicina sobre o assunto, inferindo interpretações estruturais sobre as carências teóricas e inadequações metodológicas da ação institucional do Médico em Sexualidade Humana, bem como avalia seu papel contraditório de Educador Sexual na Escola. Analisa as tendências da formação Médica em Sexualidade Humana e propõe elementos para uma nova atuação, multiprofissional e interdisciplinar, do Médico neste campo. Debate a atuação médica sobre Sexualidade e Educação Sexual, buscando interpretar sua potencialidade institucional de uma ação orgânica, para além da informação biologista e clínica, na direção de uma concepção de Educação, Homem e Sociedade como sujeitos históricos e cidadãos emancipados.

Palavras-chave: Sexo (Psicologia); Sexo-Filosofia; Educação Sexual.

Abstract: It discusses the fundamentals of medical-scientific discourse about Human Sexuality and her philosophic-conceptuals. It analyses the eclosion of Sexuality in Modern Sciences and the matrix of “medical-knowledge” about the questions, starting from the M. Foucault’s conception. It presents the results of an empiric research about the actual medical formation and the Medicine students conception about this, making structural interpretations about the theoretic necessities and methodological inadequacies of doctor’s institutional actions in Human Sexuality, and also evaluates his contradictory role as Sexual Educator at School. It analyses the tendencies of Medical formation in Human Sexuality and it proposes elements for a new multiprofessional and interdisciplinary role of doctors in this theme. It debates

* Licenciada em Pedagogia pela FAED/UDESC, Especialista em Educação Sexual pela mesma instituição, Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Doutoranda em Filosofia da Educação pela UNICAMP.

the medical role in Sexuality and Sexual Education, interpreting the institucional potencial of an organic action beyond the clinical and biological information, towards a conception of Education, Men and Society as historic subjects and emancipated citizens.

Key words: Sex (Psychology); Sex-Phylosophy; Sexual Education.

"A primeira tarefa do médico é, portanto, política: a luta contra a doença deve começar com uma guerra contra os maus governos; o homem só será total e definitivamente curado se for primeiramente liberto: ' Quem deverá, portanto, denunciar ao gênero humano os tiranos, se não os médicos que fazem do homem seu único estudo, e que todos os dias, com o pobre e o rico, com o cidadão e o mais poderoso, na choupana e nos lambrís, contemplam as misérias humanas que não têm outra origem senão a tirania e a escravidão ?' Se souber ser politicamente eficaz, a medicina não será mais medicamente indispensável. (...) A medicina não deve mais ser apenas corpus de técnicas de cura e de saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do homem saudável, isto é, ao mesmo tempo, uma experiência do homem não doente e uma definição do homem-modelo."

Michel Foucault

Introdução

O XIII Congresso Internacional de Sexologia, realizado em Valência – Espanha, neste ano de 1997, congregou mais de duas mil pessoas, das mais diversas áreas do conhecimento científico e de diversificadas formas de atuação profissional na sociedade contemporânea. O tema de-

batido este ano foi “Sexualidade e Direitos Humanos”. O tema escolhido reflete a amplitude do alcance do conceito de sexualidade em nossa sociedade e suas múltiplas implicações científicas, éticas e políticas.

O presente artigo busca apresentar os eixos teóricos e metodológicos, bem como algumas considerações interpretativas, sobre o discurso e a atuação dos médicos em áreas institucionais vinculadas à Sexualidade e à Educação Sexual. Trata-se de um estudo *histórico-analítico* sobre a formação dos Profissionais Médicos em Sexualidade Humana. As hipóteses fundantes sustentam-se sobre a constatação de que o forte acento cientificista, hegemônico na esfera das Ciências Naturais e Biológicas, venha a reduzir a concepção da corporeidade humana, não a compreendendo como plena e integral, à semelhança das Ciências Humanas. Busca fundamentar-se na *análise histórico-filosófica*, partindo de uma interlocução privilegiada, mas não excludente, com o pensamento de M. Foucault, que define a “questão” da prática discursiva sobre Sexualidade, chamada *Scientia sexualis*, como histórico-política e institucional-jurídica, que teria tomado corpo com a Medicina do século XIX, produzindo uma tipologia técnica sobre a atuação deste profissional, que passa a ter o poder de definir os dispositivos de controle das sexualidades sadias e a normatização e marginalização das sexualidades classificadas como patológicas, prescrevendo intervenções terapêuticas para decifrá-lo e segregá-lo. A pesquisa de campo, documental e estratificada, sobre a comunidade médica e os discursos representativos de sua atuação como *agente de educação sexual*, reclamado pela demanda de escolas e instituições similares na sociedade brasileira contemporânea, foi desenvolvida junto ao corpo docente e discente das Faculdades de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de São Paulo e da Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

O estudo que empreendemos fundamenta-se teoricamente nos conceitos e categorias do pensamento de M. Foucault (1926-1984), pesquisador contemporâneo que inaugurou as bases epistemológicas de uma investigação original em Ciências Humanas sobre a Sexualidade e suas correlações com a Pedagogia, Psiquiatria, Medicina e Direito. Fundamenta-se também nos estudos pioneiros e paradigmáticos de Sigmund Freud (1856-1939), W. Reich (1897-1957) e seus desdobramentos na Filosofia, Pedagogia e áreas correlacionadas. Foucault aponta que a

sociedade ocidental moderna construiu uma “ânsia de saber” sobre a temática da Sexualidade, quer em suas expressões de sentido, como em suas vivências normatizadoras. O saber sobre a Sexualidade, que para este autor é a expressão lúdica do poder e dominação institucional, produziu uma sanha discursiva sobre o sexo, suas vivências e manifestações sociais e históricas. Afirma:

*“Existem, historicamente, dois grandes procedimentos para produzir a verdade do sexo. Por um lado as sociedades – e elas foram numerosas: a China, o Japão, a Índia, Roma, as nações árabes muçulmanas que se dotaram de uma **ars erótica**. (...) Os efeitos dessa arte magistral, bem mais generoso do que faria supor a aridez de suas receitas, devem transfigurar aquele sobre quem recaem seus privilégios: domínio absoluto do corpo, gozo excepcional, esquecimento do tempo e dos limites, elixir de longa vida, exílio da morte e de suas ameaças. Nossa civilização, pelo menos à primeira vista, não possui ‘ars erótica’. Em compensação é a única, sem dúvida, a praticar uma ‘scientia sexualis’. Ou melhor, só a nossa desenvolveu no decorrer dos séculos, para dizer a verdade do sexo, procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial em função de uma forma de poder saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral que é a confissão” (Foucault, 1993: 57-58).*

Esta prática discursiva definida como *Scientia sexualis* fortaleceu-se institucionalmente com a Medicina do século XIX, que para Foucault configura uma das formas mais efetivas de dominação e controle social da sexualidade, através de dispositivos de saber e poder. Assim, neste autor, o médico ocupa uma função social de normatização e domínio das práticas, numa metáfora comparativa que nos permite considerar a “consulta médica” com as práticas medievais da confissão, onde cabe ao médico, com o poder e a representação social da Ciência, classificar o sexo em sadio ou patológico, prescrevendo intervenções terapêuticas para decifrá-lo.

A sexualidade humana tem sido tema recorrente nas Ciências Humanas contemporâneas, como ressonância da importância que o saber sobre sexo tem assumido na atualidade. Desde os anos 50 e durante

toda a década de 60, onde se vivenciou o que se convencionou chamar de “Revolução Sexual”, proliferaram discursos, publicações, protestos, cursos e debates sobre a temática sexual. A história da sexualidade ocidental, tema recente na pesquisa em Educação e Filosofia, vem sendo redescoberta como um instigante campo de investigação a retratar as concepções hegemônicas sobre sexo calcadas em tratados de proibições, códigos de consumo, sob estigmas de sofrimento e culpa.

As matrizes ético-institucionais que configuram a história da sexualidade ocidental registram a concepção do sexo como pecado, variando ao sexo-procriativo e ao sexo-psíquico, entre outras dimensões. Esta diversidade e inquietude temática e existencial têm levado as pessoas a caminhos diversos na tentativa de resolução de questões ligadas ao sexo e também à sexualidade, que é uma esfera bem maior e mais complexa do que o sexo genital.

Quanto à história da ciência e suas influências no controle do sexo, compreendemos a assertiva: *“A partir da segunda metade do século XIX a Ciência, principalmente no ocidente, se encarregou de assumir o controle do sexo”* (Foucault, 1977:38); e o resultado não foi melhor do que o que obteve a Igreja, no vigor da Idade Média, no tocante a esta questão. *“Os estudos da Ciência passaram absurdamente a classificar o sexo como saudável e perverso, tratando da sexualidade com a impessoalidade da genitalidade sem nenhum vínculo com o prazer, amor ou felicidade”* (Foucault, 1977:39).

Depois da Igreja, coube à Ciência Moderna, na sociedade burguesa, estabelecer uma nova ética sexual baseada na higienização do sexo e na normatização classificatória do corpo sadio ou doente. Sobre esta ética sexual normativa, Reich apresenta a denúncia de seu caráter contraditório e negativo, mesmo que supostamente produza concessões à satisfação sexual. Dentro das Ciências Naturais, notadamente em sua hierarquia temática e classificatória, particularmente nos estudos da Biologia sobre a Homem e a Reprodução Humana, este foi definido como um ser natural, esquadrihado em sua corporeidade, representada e calcada sobre conceitos de sistemas e “aparelhos”, numa concepção funcionalista e mecanicista própria dos fundamentos das Ciências no século XIX.

A clivagem entre os estatutos epistemológicos das Ciências Naturais e Humanas tem sido reforçada pela prática social que se fundamenta numa concepção humana ontologicamente fragmentária. As

Ciências Biológicas, especialmente a Medicina, têm contribuído fortemente para que este estado de coisas permanecesse. Torna-se mais do que necessário estabelecerem-se possibilidades de relações interdisciplinares entre os diversos campos científicos, particularmente entre a Pedagogia e a Medicina.

A sexualidade é um universo que precisa ser entendido como um conjunto de atividades, posturas, opções, modos de vida, subjetividade e alteridade, resultantes das relações sociais. O estudo que desenvolvemos quer transcender a visão médico-biologista do homem e do corpo como “aparelho reprodutor”, relacionando a sexualidade com o universo tipológico das doenças, anatomia e fisiologia dos órgãos genitais, enfim, todos os aspectos que compõem uma visão biofísica do “sexo” que, se de um lado é particularmente importante, não se esgota unicamente nesta realidade. Estas visões convergem na biologicidade do sexo como coisa genital, que não necessariamente diferenciam o homem do animal. Entendemos que a sexualidade humana não é simples expressão biológica. Animais e homens praticam o sexo, mas apenas este último tem a consciência do prazer e a intencionalidade do desejo, que o transforma em atividade erótica e sensual. Isto nos autoriza a tentar propor, ao final deste trabalho, algumas perspectivas inovadoras nesta articulação, visando e defendendo uma possível inserção curricular de tratamento da sexualidade humana nos cursos de Medicina, sustentada por uma compreensão histórico-cultural e sócio-política da questão.

Corporeidade e sexualidades ocidentais

Se buscarmos as raízes da propositura contemporânea sobre Sexualidade, iremos encontrá-la num tempo bem recente, no campo híbrido da Filosofia e da Ciência do século XIX. O século XIX desenvolveu inovadores campos temáticos de reflexão filosófica e de pesquisa científica. Foi um século do primado da Ciência e, podemos afirmar, do auge da produção teórica burguesa moderna. Na Filosofia o século XIX constituiu grandes autores singulares, que constituíram formas de pensar e sistemas de conhecimento originais e específicos. A Filosofia alemã ocupou espaço institucional proeminente, e dentro dela queremos apontar a originalidade do pensador A. Schopenhauer (1788-1860), considerado um filósofo pessimista e tido como uma das matrizes do Existencialismo

nihilista do século XX. A obra de Schopenhauer só poderia ser compreendida no contexto da Alemanha, prostrada pelas lutas de unificação e pelo ambiente histórico de restauração conservadora protagonizado pela Santa Aliança européia, aparentemente suprimindo os ansiosos avanços da modernidade burguesa capitaneados pela França napoleônica. Seu pensamento critica duramente o Materialismo crasso e o otimismo social dos reformadores políticos. Encontra o homem em sua mais lúdica natureza, e condena a Razão, tanto a razão técnica com a potencialidade da Ciência, como a Razão Política, esperançosa organizadora do Estado e da Sociedade “novos”, tal como imbuíam-se os discursos otimistas de seus contemporâneos. Schopenhauer quebra a tradição dos que afirmavam ser a identidade essencial do homem definida como *animal racional*. Afirmo o primado ontológico da *vontade*, na condição humana, que para este autor é a essência antropológica básica, sendo a vontade o permanente e imutável elemento da mente humana.

Destacamos a obra de Schopenhauer pela razão de ser o primeiro filósofo do século XIX a tematizar a Sexualidade Humana na perspectiva do conhecimento científico e filosófico de seu tempo. Afirmo este pensador alemão que a mais violenta e exigente dimensão humana é a *vontade* e a mais profunda e primária expressão da vontade é a *vontade de reproduzir-se*, configurada na sexualidade. Seu horizonte é a vontade de viver, configurada na necessidade de reprodução. Afirmo:

“A vontade se mostra, aqui, independente do conhecimento e funciona cegamente, como uma natureza inconsciente. (...) Devido a isso, os órgãos reprodutores são, adequadamente, o foco da vontade e formam o pólo oposto ao cérebro, que é o representante do conhecimento. (...) Eles são o princípio que sustenta a vida – garantem a vida eterna; por essa razão, eram adorados pelos gregos no phallus, pelos hindus no lingam. (...) Hesíodo e Parmênides diziam, de forma muito sugestiva, que Eros é o primeiro, o criador, o princípio do qual se originam todas as coisas. A relação dos sexos (...) é, na realidade, o invisível ponto central de todos os atos e condutas, e está se deixando entrever em toda parte, apesar dos véus lançados sobre ela. É a causa das guerras e o fim da paz; a base que é sério e o alvo da pilhéria; a inexaurível

fonte do espírito, a chave de todas as ilusões, o significado de todas as insinuações misteriosas (...) Nós a vemos, a todo instante, sentar-se, como a verdadeira e hereditária senhora do mundo, pela plenitude de sua própria força, no trono ancestral; e de lá, com um olhar de desdém, rir dos preparativos para confiná-la, aprisioná-la ou, pelo menos, limitá-la e, sempre que possível, mantê-la escondida, e mesmo assim dominá-la a fim de que ela só apareça como uma preocupação subordinada, secundária da vida."

Uma tão veemente definição da Sexualidade Humana e sua construção social, seus determinantes históricos e suas potencialidades éticas e políticas não poderia passar incógnita aos estudos que empreendemos. Acreditamos que a obra de Schopenhauer tenha sido uma das grandes influências de Freud, S. (1856-1939) e de toda a produção teórica da Psicologia e Psicanálise posterior. O homem passa a ser visto como vontade, desejo, emoção, subjetividade, ultrapassando os estreitos cânones da materialidade e racionalidade modernas. A compreensão do corpo e da multiplicidade de suas potências surge como tema da Filosofia, a sexualidade adquire o *status* de discussão filosófica e tema recorrente nas Ciências Humanas.

Recentemente, depois de vasta produção sociológica e política, a própria tradição materialista-dialética, oriunda do Marxismo, assumiu a temática da Sexualidade. Os estudos de W. Reich e posteriormente de H. Marcuse retratam esta associação temática entre a análise social da história e as potencialidades do desejo e da afetividade humanos. Não se trata de um tema estranho aos pensadores marxistas, após a influência temática do Marxismo europeu. Todas as abordagens científicas, de matriz biologista e empirista, notadamente sob influência dos constructos científicos do século XIX sobre a sexualidade e corporeidade, deram lugar a uma análise sociológica, filosófica e política da Sexualidade, presente nas principais contribuições teóricas da Escola de Frankfurt, tal como ficou conhecida a produção de um grupo de pensadores europeus, que buscaram a associação do Marxismo com a Cultura, o pensamento de Freud e outros desafios que estavam além da configuração doutrinária e economicista que se produzia sob a esfera de influência política e intelectual da Revolução russa e seu conseqüente pacto de poder, mormente no predomínio stalinista.

Anderson, P. aponta a sexualidade como uma inovação temática da Escola de Frankfurt, ao afirmar:

“A emancipação do homem e da natureza coincidiriam então na libertação erótica. Isto significaria não apenas uma libertação polimórfica da sexualidade mas a disseminação do investimento da libido nas próprias relações de trabalho e sociais, o que conferiria a todos os atos de uma existência tranqüila as qualidades sensuais do jogo estético. Neste mundo órfico, além do “princípio do desempenho” do capitalismo, a sublimação deixaria de ser repressiva, a gratificação erótica fluiria livremente em todos os planos da vida social e o homem e a natureza estariam sintonizados em uma unidade harmônica entre sujeito e objeto. (...) A tecnologia, por sua vez, deixara de carregar a possibilidade oculta de uma sociedade alternativa: mesmo o avanço das modernas forças de produção tornaram-se uma involução, perpetuando as relações de produção existentes.”¹²

Trata-se, portanto, de uma nova perspectiva teórica e uma fecunda temática social, política, histórica e filosófica. A sexualidade humana passa a ser alvo de estudos teóricos das mais diversas matizes e alcances. O corpo e a sensualidade, o desejo e a opressão cultural, a repressão religiosa e o domínio reducionista da ciência sobre a subjetividade marcam estes processos de estudos e produções. Em todos os campos da ação humana encontramos alguma referência sobre Sexualidade e Poder, Sexualidade e Ética, as mais diversas associações analíticas e interpretativas.

Nosso estudo buscou aliar-se a esta tradição analítica, tendo o objetivo de investigar o saber médico, seu alcance potencialidade de poder, na sociedade contemporânea, e seus desdobramentos na atitude social de educar. Partimos de uma configuração interpretativa entre saber e poder na Medicina, percorrendo sobre o lugar do saber médico na sociedade moderna, e buscaremos estudar como se produz o conhecimento e a formação médica no campo da Sexualidade e nas matrizes curriculares.

A sexualidade é vivenciada através do corpo, que é o espaço sensível do ser humano. À medida que se tem uma boa relação com o corpo, tem-se também grandes possibilidades de vivências significativas e ple-

nas da sexualidade. Deparar-se com a sexualidade é, sem dúvidas, deparar-se com o corpo, ou seja, a sexualidade está presente no corpo, que é apropriado pela cultura e suporte de significações sociais. Por esse motivo a sexualidade, que é exercida através do corpo, está repleta de signos sociais e culturais representativos da história individual, que se constroem e se organizam a partir da história coletiva dos indivíduos. Estas são boas razões para entendermos a sexualidade como expressão fortemente política e não apenas como energia biológica. Do contrário estaríamos de alguma forma reafirmando o entendimento de sexualidade como função exclusivamente procriativa e instintiva do homem, confundindo-o com os outros animais.

Por esse motivo escolhemos M. Foucault (1926-1984) como nosso principal interlocutor. A perspectiva da visão de Foucault sobre sexualidade foi um dos fatores que nos motivou a desenvolver este estudo sobre a formação do médico em Sexualidade Humana, na sua diversidade constituída historicamente nas sociedades ocidentais. A pluralidade dos tempos leva a sexualidade, tal como é entendida por nós, a se inscrever no imaginário coletivo, assumindo vários conceitos e significações, em diferentes épocas, que implicam em posturas determinadas, a serem explicitadas neste trabalho, através de uma abordagem crítica sobre as esferas política, econômica e social e suas interrelações com a sexualidade. Esta nossa opção estruturou-se a partir das considerações de Foucault a respeito da Ciência como um Poder que volta a sua face médica para a sexualidade, passando imediatamente a classificá-la e enquadrá-la dentro de padrões de “normalidade” e “anormalidade”, “tratando” de suas “perversões” e destacando suas “aberrações”. A Pedagogia e a Medicina têm sido historicamente as instâncias tributárias da conformação do sexo e da sexualidade da civilização ocidental. Contudo, há outras interferências no campo da sexualidade que atuam também tão fortemente, como a Justiça Penal, e principalmente a Igreja, que também serão consideradas e estudadas aqui.

Os estudos de Foucault nos apresentam retrospectivamente uma visão crítica dos principais acontecimentos do período que vai do séc. XVII ao séc. XX, interrelacionando os campos político, econômico e cultural, que repercutem no campo social. No caso da sexualidade que é a nossa preocupação, ele destaca brilhantemente o silêncio produzido pelo discurso institucional, em todas as suas formas, principalmente a

partir de meados do séc. XVII. Para compreender a discursividade em Foucault, é necessário entender, conforme escreve em **As Palavras e as Coisas**, que este considera a linguagem através das palavras, capaz de atribuir sinais específicos a todas as representações, e restabelecer entre estas representações o máximo de combinações possíveis. O que só é possível através do conhecimento. Logo: conhecimento e linguagem têm ligações muito estreitas entre si. Diante disso entende-se que a linguagem é propriedade do Saber, e que a aquisição do Saber traz consigo a *Discursividade*.

Foucault procura, em seus trabalhos e considerações, ultrapassar a realidade material das coisas. Com isso infere-se que ele acredita que a dinâmica dos acontecimentos não é gerada numa base material como pensam os marxistas. Entende-se que ele acredita que existam poderes maiores que o da materialidade, ou tão grandes quanto. O enfoque que objetivamos aqui quer abranger, na medida do possível, os aspectos econômicos, a base material das sexualidades, o universo ideológico, o conjunto de valores e as grades de significação cultural que as conformam. A compreensão da sexualidade sob este enfoque é bastante complexa. É necessário uma compreensão prévia dos padrões e normas sexuais, que estão apoiados nos padrões e normas sociais, que por sua vez estão estruturados pela organização política, cultural e sócio-econômica desta sociedade. Assim, como ao longo da história os padrões corporais têm mudado, também os modelos e normas da sexualidade desenvolveram uma dinamicidade, uma vez que dependem da organização social através da história. Este exercício dialético deve buscar uma compreensão processual da sexualidade. Entendimento possível a partir desta idéia de Nunes:

“... falar da sexualidade implica retomar alguns recursos metodológicos: a história, a antropologia, a moral e a evolução social. Não se fala da sexualidade de maneira fragmentada, dividida, estanque. As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes. Esse relativismo nos permite perceber a construção social da sexualidade sem contudo fazê-lo de modo destrutivo ou imaturo”.³

Para dar conta desta dimensão cultural-analítica, empreendemos uma recuperação histórica dos fundamentos institucionais da sexualidade humana no Ocidente, perpassando o Matriarcalismo Primitivo, a proscrição medieval e a incorporação filosófico-ética do pensamento hebraico-cristão, discorrendo sobre a Idade Média e sua concepção de sexualidade como pecado. Já a ruptura da Idade Moderna tem outras concepções, as energias represadas precisavam ser sugadas em favor da produção nas fábricas. A burguesia, detentora dos meios de produção, aprendeu rapidamente que o capitalismo só sobrevive à custa de homens fragmentados, alienados ao trabalho e expropriados de qualquer prazer de vida ou intenção de auto- produção satisfatória. O pecado e a culpa, monstros da consciência medieval, foram substituídos pelo mercado e pelo trabalho, na consciência da sociedade capitalista. Portanto, como vemos, a ordem social apenas substituiu as formas de opressão sobre os indivíduos sem alterar profundamente sua organização. No que diz respeito aos meios de sobrevivência, o capitalismo abriu uma possibilidade de evolução. Porém, na realidade não democratizou o acesso a ela. Durante o processo de instalação do novo modo de produção, foi necessário muito trabalho para que o trabalhador tivesse direito ao mínimo de melhoria de vida na nova estrutura social mantida pela burguesia. Esta melhoria não se caracterizava exatamente como conquista dos operários e, sim, como concessão pontual da perspicaz burguesia emergente, a fim de aparentar uma certa possibilidade de ascensão social da classe trabalhadora, que se esforçava cada vez mais para tal conquista.

A forma com que o trabalho vinha se organizando implicava na impossibilidade da vivência e significação ético-humanista e prazerosa do sexo e redundava conseqüentemente na exploração do corpo pela extração da mais-valia. A apropriação do corpo pelo trabalho dá-se apoiada no afã capitalista de apropriação de bens. Esse fato faz com que o trabalhador seja expropriado de seu corpo, que em muitos casos é seu único bem, e como bem, precisa ser apropriado pela produção. A apropriação do corpo transforma a sexualidade do indivíduo em algo estranho a ele, o que no entendimento marxista quer dizer *alienação* da sexualidade. O conceito de alienação, clássico no Marxismo, afirma que há uma dimensão ou finalidade humana própria, que define a identidade do homem em sua construção social e histórica, isto é, a capacidade de

produzir sua consciência e seu ser através do trabalho. Todavia, a partir das relações sociais de exploração, que segundo os estudos de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) tiveram raízes históricas e políticas precisas, o homem perde sua identidade e aliena-se, isto é, afasta-se de sua finalidade primordial, tornando-se presa das malhas e interesses da exploração econômica e social. A economia dos corpos é a consumação da dessexualização dos indivíduos. Apesar de estarmos enfocando o trabalho neste momento da história, não podemos de maneira alguma considerar que somente os trabalhadores são expropriados de seu corpo e do prazer. Mesmo quem não precisa trabalhar para viver é atingido pela alienação dos modelos e padrões sexuais, que coexistem com o luxo e o esbanjamento da porção mais privilegiada da população.

No entendimento de Freud só é possível organização social com certa *sublimação* sexual. O que não privaria ninguém de uma certa dose de repressão à sexualidade. Talvez seja esta uma das diferenças, entre a repressão vivida pelos trabalhadores e a repressão vivida por quem detém os meios de produção. São níveis e formas de repressão diferentes, porém esta se encontra presente em todos os segmentos sociais, com formas distintas de eficácia repressiva e alienante. A repressão sexual abrange não somente as camadas trabalhadoras da população, como já dissemos. A moralização orientada pela Igreja, que aconteceu na Idade Média, iniciou pelas camadas dirigentes da sociedade, depois foi se estendendo, embora muito devagar, à parte desprivilegiada econômica e socialmente, notadamente com a expansão das formas ideológicas de controle protagonizadas pela matriz econômico-social da modernidade burguesa. As idéias de pecado e de culpa alcançaram no final deste período a totalidade da população cristã ocidental. Processo semelhante viveu a sociedade em relação às técnicas de controle médico do sexo, onde somente depois de quase um século e meio, as referidas técnicas passaram do controle sexual da família burguesa para o controle sexual da família proletária.

A educação sexual e a atuação médica

Existem esferas sociais que, justamente pela atividade que desempenham e por seu papel reconhecido na sociedade, abrem um flanco de possibilidades para que se desenvolvam idéias, opiniões e uma ética em torno da sexualidade. Acreditamos que a *Educação* e a *Saúde* são os

principais agentes institucionais, legitimados por nossa cultura, a desenvolverem esta tarefa. Sendo assim, num entendimento de credenciais, temos a *escola* referindo o processo, na educação formal e sistematizada, e a *clínica* referindo o processo na promoção da saúde social. Na viabilização formal da ação, temos como agentes diretos, para cada uma das instituições citadas, profissionais responsáveis por adequar o trabalho aos projetos empreendidos em cada esfera, no que diz respeito aos expedientes particulares a cada uma das modalidades de trabalho em sexualidade humana. Na pluralidade destas atividades, o profissional *Médico* é responsável pelos trabalhos em sexualidade na área de saúde, e o *Professor* é responsável pelos mesmos trabalhos na área de educação.

A necessidade de pesquisar a formação do médico em sexualidade humana se deu a partir de suas interferências de esclarecimento da questão no processo formal de educação nas escolas, onde com frequência comparece para falar sobre o assunto aos alunos e professores empenhados em buscar respostas para suas dúvidas e supostos problemas em relação às manifestações da sexualidade de seus alunos.

Na educação brasileira, ou seja, nas escolas do país, esta busca tem sido cada vez mais intensa, principalmente nas capitais e nas cidades maiores do interior. Nosso trabalho concentra-se nesta realidade urbana de educação. É esta realidade que estamos querendo enfocar neste texto que trata da interrelação da medicina com a pedagogia neste compromisso com a sexualidade. Dentro da esfera da educação onde atuamos, temos acompanhado nos últimos anos o empenho de alguns educadores em buscar uma instrumentalização científica para tratar das questões *latentes e expressas* da sexualidade. Apesar desta preocupação ter sido maior durante a década de oitenta, hoje está bem mais madura e rica em informações por pesquisas e estudos feitos a partir da possibilidade de se contar com Educação Sexual nas escolas, graças a pioneiros como Goldemberg, M.A., Steimbruck, J, Charboneau, P, Bruschini, C, Muraro, R.M, Nunes, C., Vitiello, N., que, apesar de abordagens distintas e diversas, abriram caminhos hoje desafiadores e potenciais de uma intervenção pluralista e humanista da sexualidade humana. Pois naquele período histórico, foram estes os que se empenharam na questão, arriscando sua reputação de educadores pelo preconceito que havia em torno do processo concreto de se trabalhar a Educação Sexual nas escolas. São marcos pioneiros de diversas abordagens da Educação Sexual no Brasil.

Diante destas considerações a respeito do contexto educacional, no recorte a que nos propusemos a analisar, percebe-se que nossa preocupação é de que o conjunto de atividades educacionais voltadas para a educação sexual seja realmente um compromisso de todos e uma busca constante da escola, no sentido de desenvolver um trabalho comprometido com a realização pessoal dos indivíduos, a evolução política e a construção da cidadania, calcada no respeito mútuo e na possibilidade de desenvolvimento da subjetividade e das potencialidades de cada um, promovendo uma postura ética e consciente frente à sexualidade. A Educação caminha no sentido de garantir elementos que contribuam para a formação do cidadão, e nossa esperança é que a medicina possa colaborar através de suas informações com esse conhecimento para a formação dos estudantes. Ainda que a medicina colabore com a pedagogia no trabalho escolar de esclarecimento sobre as questões da fisiologia sexual e anatomia dos órgãos sexuais, estamos convictos de que apenas estas informações não são suficientes.

É necessário muito mais do que conhecimentos fisiológicos e anatômicos para acessarmos à complexidade da questão da sexualidade com nossa clientela escolar. Na maioria das vezes as informações trazidas à pauta nestes espaços de informativos enfocam friamente e de maneira impessoal estes dois elementos que compõem a amplitude da leitura da dinâmica da sexualidade. Este modelo de informação, incluindo o conjunto de doenças sexualmente transmissíveis é bem característico da performance biológica, geralmente modo de abordagem praticado pelos médicos ou outros profissionais da saúde, em suas visitas às escolas. Modelo este que não se diferencia muito daquele trabalhado pelos professores em sala, com a utilização de livros que trazem figuras de corpos humanos para estudos sobre reprodução ou dos “aparelhos” reprodutivos, geralmente nas cores preto e branco, destacando o corpo em partes separadas: tórax, abdômen, pênis e vagina, como se cada órgão tivesse vida própria ou nem vida tivesse, causando uma impressão de estranheza nos alunos, impedindo-os que se reconheçam naqueles desenhos.

Porém o material didático não é o único a divorciar a sexualidade do homem. A *postura do professor* também é um indicativo da relevância e da identidade do trabalho. Posturas tímidas, repressoras ou cômicas podem desencadear processos variados de leituras deturpadas da sexualidade humana, que em confronto com as informações que recebam da mídia

podem gerar confusões e significações retorcidas, como as mais comuns de vulgaridade da questão, ou timidez para discussões sobre dúvidas que possam ter os alunos. Que este se disponha a assumir sua parcela de responsabilidade em esclarecer e re-significar a sexualidade humana como parte do processo do desenvolvimento pessoal e inerente à convivência social e a vivências pessoais. Estas podem ser mais gratificantes a partir do entendimento da sexualidade como construção cultural de implicações biológicas, sim, mas também antropológica, filosófica e histórica, justamente por ser importantemente uma questão política na vida de cada um de nós, seres sexualmente sensualizados e erotizados.

A questão da responsabilidade escolar no encaminhamento da educação sexual é apenas parte do processo que também atribui responsabilidades à família e à sociedade em geral como atividade conjunta de cunho político e educacional. O primeiro contato que o indivíduo estabelece é geralmente com a família ou com quem dispensa a ele os cuidados exigidos na infância. Esta é a primeira instância da educação sexual, que vem seguida, via de regra, pela escola e pela sociedade. Nosso interesse é o processo escolar de educação sexual, por isso não teríamos espaço para abordar as outras instâncias educativas do indivíduo.

No livro **As Manifestações da Sexualidade da Criança** (1997), os autores Nunes, C. e Silva, E. fazem um destaque para o que consideram “atitudes” mais comuns de Pais e Educadores frente à sexualidade da criança. Estas atitudes podem ser ampliadas para a realidade escolar, onde se desenvolvem compreensões bastante variadas desta sexualidade. Sobre o entendimento do que significaria, neste contexto, a tipologia destas atitudes, Nunes e Silva esclarecem: *“Entendemos aqui o termo ‘atitude’ como um conjunto intencional de atos ou ações, fundados em concepções e valores preliminares que os justificam e legitimam, muito além dos estreitos limites da facticidade dos meros atos casuísticos, presos a uma pragmática do existir”*⁴

Sabemos que o empreendimento de um projeto de Educação Sexual nas escolas é algo complexo e delicado para a questão de valores morais da clientela que invariavelmente é deveras eclética. Porém, é possível desenvolver um trabalho amparado na história e investigado profundamente pela filosofia com o respaldo da antropologia, de maneira a entender como se deram os percursos do pensamento e da postura social assumida frente à questão. Esta operação de discernimento é capaz de cons-

truir significações e produzir identificações ou redefinições que, cremos, colaborarão para a apropriação de conhecimentos científicos imprescindíveis para a construção racional e emocionalmente equilibrada e emancipadora do indivíduo a respeito de sua própria sexualidade e da sexualidade do outro. Sobre as condições básicas para a implantação de um projeto desta natureza, destacamos esta visão prática constante no livro: **As Manifestações da Sexualidade da Criança** de Nunes e Silva:

*“A educação sexual escolar só acontece de maneira satisfatória quando toda a escola a assume como responsabilidade conjunta, como dimensão básica e fundamental do processo humano e educativo. Este envolvimento geral da escola é importante para que se possa desenvolver um trabalho contínuo, sério e aprofundado, onde todo o corpo docente e administrativo estejam empenhados cada vez mais a falarem a mesma linguagem no tocante aos objetivos e processos do trabalho em educação sexual. Não há educação sexual voluntarista, já dissemos isto. Contudo é necessário compreender que educação sexual não se resume a um conjunto de informações médico-biológicas que, com freqüência, tratam da questão como algo impessoal dividindo o corpo em “aparelhos” e alcançando no máximo a mecânica das doenças, fisiologia e anatomia dos órgãos sexuais sem necessariamente diferenciar o homem do animal. Tampouco a compreensão resume-se às práticas terapêutico-descompressivas que muito dificilmente fazem perceber na sexualidade uma significação política, econômica e ideológica, entendida como um conjunto de atividades e posturas, subjetividade e alteridade, resultantes das relações sociais. Empreender a educação sexual é criar oportunidades para a formação integral do cidadão, numa vivência gratificante e responsável de sua inalienável capacidade humana de desejar e ser desejado, amar e ser amado”.*⁵

Esta forma coletiva, acreditamos, talvez seja a mais adequada e efetiva forma de se pensar e seguidamente desenvolver o projeto escolar de educação sexual. Esta perspectiva vem de nossa experiência em trabalhar o tema de forma organizada e sistemática em algumas esco-

las e de forma também esporádica em outras que nos procuram casualmente para colaborarmos com o estudo da questão junto a alunos e professores. É especialmente importante desenvolver a consciência política e pedagógica na sociedade para o encaminhamento deste projeto. Este é um trabalho social e gradual, mas fundamental na realização da educação sexual escolar.

Entendemos afinal que todos os processos inovadores e críticos dependem primeiro do sentimento de necessidade de mudança, e é justamente a necessidade que faz a habilidade, e, segundo, da autocrítica que precisa ser estimulada pela crítica. Quanto à necessidade de uma educação sexual escolar, são bastante explicativas nossas considerações feitas até aqui. E a crítica faz parte do nosso trabalho como educadores, além de estar exposta na situação social de abuso, exploração e desrespeito à sexualidade, como podemos perceber a todo momento.

Questiona-se há muito tempo, e com variadas formas de posturas e opiniões, o trabalho clínico que vem nos últimos trinta anos, pelo menos no Brasil, criando espaços dentro das escolas, onde especialistas da área de saúde como oftalmologistas, odontólogos, médicos pediatras, psicólogos e psicoterapeutas vêm desenvolvendo trabalhos junto aos discentes. De certa forma, este tipo de “integração” proporciona para muitos possibilidades que não teriam fora do âmbito escolar, por outro lado, seria melhor se todos pudessem ter acesso à clínica médica.

À medida que a clínica vem até a escola, é necessário que, nem a escola como instituição de Ensino, nem a clínica confundam nem prejudiquem seus trabalhos, interferindo complicativamente no espaço que tem cada um dos trabalhos. Quanto a isso parece que não se chegou a um entendimento razoável. O que vemos com frequência é a escola cedendo espaços para o trabalho clínico com prejuízos no calendário das atividades escolares com a redução de sua carga horária de aulas ou a perigosa flexão de seus objetivos de formação do estudante.

A escola, por querer dispor dos serviços clínicos, em benefício da saúde de seus alunos, jamais pode deixar de priorizar seu trabalho de educação, que já é bastante difícil de ser viabilizado a contento de todas as suas exigências pedagógicas e didáticas, que muitas vezes fazem com que a escola deixe a desejar, no cumprimento de seu papel social de formação e informação dos cidadãos. Entendemos que primeiro a escola deveria garantir o cumprimento de seu papel social, sendo ela a única

responsável pela educação formal dos indivíduos, para depois talvez buscar acionadores de outras atividades como a da saúde por exemplo. O que seria muito bom, porém requer pré-requisitos que no nosso entender ainda não foram alcançados. Nossa educação parece estar esvaziada de objetivos e responsabilidades humanistas e estes devem ser retomados e organizados dentro do próprio universo educativo e não a partir de esferas de fora dele. Este horizonte de discussão jamais poderá negar a situação de necessidade de concentração de atividades educacionais que as escolas estão vivendo.

Justamente por suas proximidades historicamente organizadas é que cada uma destas esferas de conhecimentos defende sua contribuição e significação em relação à outra. Voltando àquele ponto de contato entre educação e saúde, a sexualidade humana, vamos perceber que tanto a escola quanto a clínica possuem responsabilidades a respeito do seu desenvolvimento e que cada uma defende suas convicções amparada em suas teorias, possibilidades e conhecimentos.

Os profissionais destas especialidades preocupam-se e defendem duas posturas éticas básicas para o encaminhamento do trabalho em sexualidade; são elas: a não indução do paciente/cliente e o compromisso profissional de guardar segredo sobre o que for sentido ou falado por quem recorre aos serviços terapêuticos. No entendimento destes profissionais, o trabalho em sexualidade humana precisa ser estruturado dentro de uma ética profissional da questão do silêncio e do segredo, que só um trabalho clínico desenvolvido por profissionais devidamente habilitados no campo da saúde mental é capaz de garantir, pela especificidade desta terapia. Na questão ética da não indução, o compromisso do terapeuta é de não induzir o paciente/cliente a nenhum tipo de postura política, religiosa, moral ou filosófica a respeito de quaisquer assunto.

No trabalho escolar educacional em sexualidade humana, que é defendido por *pedagogos*, as justificativas são de que os estudantes passam no mínimo quatro horas por dia na escola. Neste espaço constroem relações com outros indivíduos e estabelecem identidades, compartilhando inseguranças, medos, amizades, ansiedades, frustrações, afetividades, batalhas e vitórias, enfim, produzem boas e más experiências. Neste contexto de vivências tantas, expressam muito fortemente suas manifestações sexuais, que não podem ser ignoradas pela escola e precisam ser trabalhadas. Entendemos que não há possibilidade finan-

ceira para a maioria dos estudantes recorrerem aos serviços clínicos de terapia, tampouco vêm condições, nem lógica, de se trabalhar a questão da sexualidade fora deste contexto em que vivem, recolhendo-os para a clínica de terapia e orientação sexual, que no caso, seria um “tratamento” para o que se chama na psicologia, de “disfunção” sexual. Defendemos ainda a idéia de que a Educação Sexual trabalhada nas escolas desde seus primeiros anos evitaria uma série de inconvenientes na vida sexual da criança do adolescente e mais tarde do adulto.

A escola é um lugar onde se estuda a vida do indivíduo e da coletividade, sendo também um espaço legítimo para desenvolver através do currículo as dimensões humanas. Sendo a sexualidade uma delas, não faz sentido a não abrangência desta, num processo de desenvolvimento integral do indivíduo, objetivo inerente às atividades escolares de educação.

Assim defendemos a Educação Sexual desenvolvida na escola com informações contextualizadas e não reducionistas, capazes de criar condições para críticas conscientes e investigadoras da ética sexual no seu universo individual e coletivo, que determina a vivência da sexualidade como expressão das mais importantes do ser humano.

Retomando as críticas de Foucault, de que a Ciência Moderna tenha herdado o poder de extrair confissões, que era um poder medieval da Igreja, a psicologia, dentro das ciências da saúde, abre um espaço para que o indivíduo possa através do discurso rever suas dificuldades, que ela chama de disfunções ou recalques, que podem ser interpretados como “falhas” de comportamento geradas por fatores variados. Estas “falhas” seriam como que uma espécie de pecado que, confessados, redimensionar-se-iam como tentativa de correção. Sobre a postura de não indução pela *psicologia*, parte da pedagogia uma convicção de que a indução tanto quanto a alienação é sempre criminoso. Mesmo não acreditando no mito da neutralidade, a pedagogia reconhece que existam níveis de compromisso social e acredita que à Educação é atribuído um dos maiores níveis deste compromisso, e que a necessidade de transformação social, econômica, cultural e política da sociedade passam necessariamente pela ética da sexualidade e do compromisso político com essa educação. E assim, considerando-se tributária de uma ideologia de mudança social, a Educação entende que é necessário assumir a responsabilidade de desenvolver este trabalho político de Educação Sexual, que é igualmente questão filosófica, histórica e antropológica.

lógica de estudo da humanidade. Para a Educação que concebemos, é impossível a compreensão do indivíduo dissociado do contexto social, onde ele produz seu meio de vida, e suas micro-relações com outros indivíduos em meio à macro-relação da sociedade economicamente organizada e ideologicamente estabelecida, numa dinâmica de recursos para a perpetuação da dominação e da alienação da grande maioria da população. É inegável que a *anamnese* de cada indivíduo é atravessada por várias regras e códigos sociais pré-estabelecidos que tem implicações sensoriais e emocionais. A complexidade do que seja a evolução e o desenvolvimento do indivíduo em meio a estas relações sociais, movendo-se limitadamente entre as barreiras do querer e do poder, transformando-se a si próprio e aos outros, depende da consideração e do entendimento que se venha a ter da codificação deste social-coletivo. No inquérito das atribuições sociais da escola, seu trabalho sistematizado de domínio e produção de conhecimento não assume nem resume o trabalho clínico de análise dos indivíduos. Esse sim é atribuição dos psicólogos na esfera da saúde mental. Porém, é necessário que a educação resguarde sua ação de educar e busque incessantemente o entendimento do conjunto das complexidades da sexualidade humana, para entender melhor os indivíduos que se desenvolvem na e através da escola, para poder colaborar mais efetivamente e respeitar mais fortemente este desenvolvimento.

Partimos deste ponto e queremos voltar ao mesmo, depois de uma exigente incursão *histórico-analítica* e uma conseqüente investigação de campo, passando por estruturas documentais e curriculares, discursos, relatos de experiências e representações simbólicas dos médicos sobre sua prática e sua própria identidade como *educador sexual e social*. Voltamos, porém, de maneira mais consistente, convencidos de que ainda há muito o que fazer para que consigamos nos aproximar mais da possibilidade da compreensão plena da pessoa humana, o que se viabiliza notadamente pela valorização e respeito à sua Sexualidade.

O estudo que estivemos desenvolvendo com este trabalho de pesquisa nos confirmou a maioria das premissas iniciais e nos revelou um volume considerável de informações sobre as múltiplas concepções a respeito do Sexo e da Sexualidade na comunidade médica, bem como do próprio processo histórico de Educação Sexual, ao qual queremos fazer algumas referências neste momento. Entrevistamos um universo de 63

médicos e realizamos 12 entrevistas⁶ com docentes, apontando questões sobre a consciência de sua atuação na Escola, a necessidade de revisão de sua formação acadêmica e a potencialidade de um trabalho sobre Sexualidade humana numa perspectiva interdisciplinar.

Encontramos no universo médico a proliferação de diferentes visões sobre o processo de *Educação Sexual*. Há ainda muitas controvérsias e uma pluralidade de definições sobre este conceito. Há divergências conceituais e metodológicas. Há grupos que defendem a “educação sexual”, num sentido institucional, há outros que advogam a melhor adequação do termo “orientação sexual”, equipes profissionais enfrentam-se em debates apontando a pertinência escolar da Educação Sexual, enquanto outros defendem uma abordagem generalista e social. Não está, pelo visto, ainda constituída uma zona de armistício, uma área de continência que venha a contentar a todos os estudiosos e agentes envolvidos com a questão.

A maneira com que estes grupos demonstraram “relacionar-se” com o tema, comprovou que os médicos entrevistados não alcançam a noção de *processo* para a ação em Educação Sexual. Muitos dos entrevistados nem tinham noção de que sua colaboração informativa sobre sexo faz parte de um modo de produzir opiniões e decisões sobre esta problemática na própria realidade de vida dos indivíduos. Nos campos da ação ou da reflexão sistemática sobre o tema, o que exigiria do Médico uma abordagem mais institucional e científica, as respostas nos permitem concluir que a concepção dominante no discurso médico pesquisado se assemelha aos pressupostos e formas do *senso comum*, num ecletismo que mistura saberes científicos no contexto da percepção do homem, calcada sobre interpretações fragmentárias, e concebidos sobre caracteres deterministas, quase não considerando a dinamicidade das relações sociais nas quais o homem se insere, nem tão pouco a disponível pesquisa antro-po-cultural já produzida sobre a temática. A ação médica, pelo que pudemos perceber neste universo de pesquisa, tem sido meramente *informativa* e pontual na abordagem da Sexualidade junto às demandas sociais, e principalmente, naquelas oriundas no âmbito das escolas.

A realidade de que o médico atua como “educador” sexual exige com certeza que este tenha condições para que este trabalho transcenda o limite da informação biológica, passando pelo seu entendimento dos processos psicossociais da própria constituição da identidade humana,

para assim alcançar o nível e o aporte *filosófico* do sentido da Sexualidade, vista assim como dimensão humana, que o remeterá às implicações políticas desta condição do homem integrado no contexto social.

Considerações finais

Os médicos atuam como educadores sexuais porque existe uma demanda social para isso. Talvez pudéssemos empreender uma análise mais aprofundada da construção social da autoridade médica sobre a família e seus impactos na sociedade. No próprio processo de pesquisar, enquanto sistematizávamos as entrevistas e questionários, pudemos notar que há, entre os médicos, uma consciência desta autoridade ou *status* do médico, na tradição social e cultural brasileira. Reconhecem que o médico aborda freqüentemente assuntos e correlações éticas e morais muito além de seu papel tradicionalmente compreendido. Afirmam, de maneira unânime, que a sociedade, através de suas instituições básicas, seja no consultório, seja no hospital, seja na comunidade religiosa ou nas escolas, solicita encarecidamente a presença do médico para falar de assuntos relacionados ao Sexo e à Sexualidade.

Esta constatação é perturbadora se vincularmos ao teor geral da pesquisa: os médicos, a totalidade, reconhecem que não se encontram preparados para corresponder a este apelo, quer pela insuficiência de formação, quer pela consideração da complexidade do próprio universo da sexualidade na sociedade contemporânea. Ou seja, ao mesmo tempo em que constatamos a realidade da presença e a demanda social pela ação do médico no campo da educação sexual, há uma clara consciência de que esta atuação tem sérios comprometimentos de formação e limites de abordagem.

Resta-nos um apelo aos Médicos, na provisoriedade deste instrumento, para que busquem socializar, assimilar e integrar aos centros acadêmicos e clínicos de formação médica os amplos recursos da pesquisa em Sexualidade já produzida em nosso país. Não significa que advogue-mos aqui a retirada do profissional médico da ação institucional em Educação Sexual na escola. Não se trata de uma luta corporativista e reducionista. A presença do médico na escola e relacionada aos assuntos da Sexualidade é reclamada pela sociedade e a esta cabe dirimir esta dinâmica. O que se pode perguntar é: “que tipo de atuação seria capaz

de emancipar ainda mais sujeitos históricos e pacientes, para a vivência plena da sexualidade”, ou ainda, “que perfil de médico seria mais relevante e socialmente transformador nas duras realidades das camadas sociais brasileiras atuais”. A pergunta é sempre uma variante de uma determinação política: que médico, que Medicina e qual seria a atuação desejada de um novo médico, agindo como educador, em uma escola e sociedade articulada com a formação e o processo civilizatório e humanizador das amplas massas populares, neste país de trágica e perversa herança de autoritarismo e exclusão.

A *estrutura curricular* da medicina é anacrônica e desatualizada. Em uma análise bem menos detalhada do que a recomendável, podemos constatar facilmente que a atual concepção dominante de Medicina, no tocante à Sexualidade, não incorporou às suas considerações didático-pedagógicas quase nada das pesquisas realizadas sobre este tema nos últimos vinte anos e, ainda hoje, já contabilizados sólidos estudos e pesquisas em múltiplas instâncias da temática, quando se buscam nos médicos os fundamentos de suas concepções e conteúdos, encontram-se, na base dos argumentos mais usados e invocados, pobres e mitigadas referências aos grandes estudiosos da sexualidade massificada do pós-guerra, ícones da mídia, com seus Relatórios, quase sempre decenais, tais como os estudos de Kinsey, nos anos 50, os relatórios do casal Master's e Johnson's dos pirotécnicos anos 60 e os compactos estudos de cunho político-feminista de Shere Hite, nos anos 70.

A *novidade propositiva* é que há a exigência de uma visão mais abrangente na formação do médico sobre Sexualidade, e ao mesmo tempo, uma cobrança sobre a omissão operacional que estes apresentam, inclusive nas críticas que fazem à situação de carência de formação dos profissionais sobre o tema. Ouvimos muitas vezes, em tom de aguda preocupação, dos próprios professores e coordenadores do curso de graduação em Medicina, que o currículo deveria abranger uma sistematização de conteúdos psicológicos e sociológicos sobre a Sexualidade e também, que há muito tempo sente-se esta necessidade. Tendo em vista que a maioria dos docentes entrevistados já trabalhava nos cursos há mais de oito anos, ficamos pensando até quando a *crítica* da prática pode arrazoar o processo relativo à diferenciação da superação destas insuficiências, ou até que ponto a crítica da prática reafirma as inseguranças teóricas e surte efeito contrário ao condicionante da acomodação.

Se houve *omissão* até agora, acreditamos que esta não pode perdurar além da conscientização dos envolvidos no ensino médico, de que esta lacuna de formação volta-se contra a sociedade e contra o próprio desempenho das responsabilidades deste agente de saúde. Nosso trabalho quer ser também um *espaço inspirador* da busca por uma formação mais pluralista e multidisciplinar do médico, que é desde épocas longínquas um agente conjuntural em Educação Sexual. Queremos incentivar a criação de fronteiras abertas e dialogais entre a Biologia, a Psicologia, a História e a Filosofia no contexto pedagógico da Medicina

O médico só terá uma *formação* adequada em Sexualidade Humana quando a própria universidade, respaldada pela sociedade, reavaliar o papel social do médico. Percebemos com clareza que grande parte das mudanças nesta direção dependem da esfera imediata do processo de debate epistemológico e político sobre a formação do médico. Mas, em nenhum momento, tivemos a ingenuidade de atribuir exclusivamente a esta esfera todas as condições processuais de mudanças neste sentido. Não acreditamos em mudanças isoladas. A Educação faz parte e até reproduz as estruturas da sociedade em que vivemos, a formação médica é parte do contexto educacional e conseqüentemente do contexto social.

Por último, aspiramos a um mundo onde todas as *especialidades* sejam formas de dizer melhor a condição humana, bendizê-la em plenitude, celebrá-la em sua avassaladora potência de significar a natureza e não ser por esta, deterministamente, conformada. Que a defesa da vida seja a medida da ação em sexualidade, em todas as suas formas e expressões. As práticas mistificadoras, os artefatos do poder, as máscaras institucionais não são capazes de fraudar a maior e mais genuína natureza da ação médica, sujeitos humanos que se ajudam mutuamente, com o concurso da ciência e da prática ancestral da solidariedade e da cura, ou, pelo menos, de sua busca. Os médicos sejam muito mais os celebradores da vida que os pastores da morte, quando abrirem a palavra sobre *sexualidade* e educação às pessoas que aportam em seus consultórios, procuram-nos e encontram nos hospitais públicos e privados a esperança de um alento, de uma intervenção, de um poder soteriológico que lhes extirpem a rudeza da concretude em que se encontram e abram os horizontes de toda plenitude sã, corporal, subjetiva e, conseqüentemente, *erótica*. Nietzsche dizia, com muita freqüência, que mais ainda do que governantes, conforme o vaticínio platônico, os *filósofos* deveriam tornar-se *médicos* e

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guababara, 1981.
- ARIÈS, P. e BEJIN, A. **Sexualidades ocidentais**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BADINTER, E. **O mito do amor materno**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BERNARDI, M. **A deseducação sexual**. São Paulo: Summus, 1985.
- BULPORT, A. K. et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CAVENACCI, M. **Dialética do indivíduo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHAUÍ, M. **Repressão sexual: esta nossa desconhecida**. 11. ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CLAVREUL, J. **A ordem médica: poder e importância do discurso médico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- COSTA, J.F. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DURANT, W. **A História da Filosofia**, Rio de Janeiro, Record, 1995
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**, Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **História da sexualidade. A vontade de saber**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **História da sexualidade, O cuidado de si**. 3. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **História da sexualidade. O uso dos prazeres**. 5. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.
- FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Lisboa: Livros do Brasil, 1982.
- FROMM, E. et al. **Marcuse polêmico**. Lisboa: Editorial Presença, 1969.
- _____. **Psicanálise da sociedade contemporânea**. 6. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- MANTEGA, G. **Sexo e poder**, São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARCUSE, H. **Eros e civilização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- _____. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1971.

- MÊSZAROS, I. **Filosofia, ideologia e Ciências Sociais**. São Paulo: Ensaio, 1986.
- NUNES, C. A. **Filosofia, Sexualidade e Educação**: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação – UNICAMP, 1996.
- _____. **Aprendendo Filosofia**. Campinas: Papirus, 1986.
- _____. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 1987.
- NUNES, C. e SILVA, E. **As manifestações da sexualidade da criança**. Campinas: Século XXI, 1997.
- REICH W. **A revolução sexual**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. **A função do orgasmo**. 15. ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ROMERO, E. (org) **Corpo, mulher e sociedade**. Campinas: Papirus, 1995.
- ROSEN, G. **Da polícia médica à medicina social**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- ROUSSEAU, J. **Emílio ou Da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1992.
- ROUSSELLE, A. **Pornéia: sexualidade e amor no Mundo Antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- RYCROFT, C. **As idéias de Reich**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- SALLES, C. **Nos submundos da Antiguidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SILVA, E. A. **Medicina e sexualidade humana**: estudo crítico do currículo atual dos cursos de Medicina e suas implicações na formação do Médico, Dissertação de Mestrado, FE/PUC-CAMPINAS, 1997.
- VAINFAS, R. **História e sexualidade no Brasil**, Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- VASCONCELOS, N. **Os dogmatismos sexuais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.